



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

44ª edição / Fevereiro de 2025

EDITAL 10/2024 PROGRAMA PAUL SINGER: BANCA DE AVALIAÇÃO É RECEPCIONADA POR FUNDACENTRO E SENAES

No dia 17 de fevereiro a direção da Fundacentro e da Senaes realizaram a abertura dos trabalhos da Comissão de Seleção e Avaliação, referente à segunda fase de seleção do edital 10/2024 com a instalação e boas-vindas à banca que irá avaliar a documentação de candidatos e candidatas habilitados/as para 500 bolsas do Programa de Formação Paul Singer. Na ocasião, 74 educadores e educadoras e especialistas deram sim à tarefa de contribuir para a reconstrução do país por meio da ampliação da política pública da Economia Popular e Solidária.

O presidente da Fundacentro, Pedro Tourinho, falou da alegria de encontrar uma banca tão qualificada e plural que tem a missão de avaliar e selecionar candidatas e candidatos, “que terão a responsabilidade de selecionar pessoas que farão parte de um programa tão importante para o país”.

Tourinho ressaltou a temática da saúde como um importante elemento para a qualidade do trabalho decente e concepção do trabalho justo e digno. “Este é um momento de alegria onde muitas pessoas foram habilitadas para mais uma etapa do processo”, comemorou.

Gilberto Carvalho, secretário da Senaes, agradeceu a colaboração da banca formada por pessoas qualificadas e preparadas. “Não é uma tarefa simples, muitas vezes nossas cabeças ficam agitadas e nem sempre é fácil fazer seleção de pessoas. Vocês não estão contribuindo para um processo qualquer, mas para um programa que visa fazer um trabalho fundamental de sustentação do nosso projeto político que hoje está ameaçado.

Entendemos que um governo democrático e popular deve ter participação social e estamos vivenciando processos limitados onde precisamos furar a bolha e atingir pessoas que mais precisam", reforçou Carvalho.

O Programa de Formação Paul Singer é uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Senaes, em parceria com a Fundacentro. Os(as) selecionados(as) atuarão em duplas nos estados e no Distrito Federal, mapeando iniciativas de Economia Popular e Solidária, fortalecendo empreendimentos solidários baseados na autogestão e cooperação, além de apoiar a formulação de políticas públicas para o setor. Entre os 9.703 candidatos(as) inscritos(as), 8.734 tiveram suas inscrições validadas, e 3.791 foram habilitados(as), correspondendo a 43,4% do total de inscrições.

Conforme o cronograma, a próxima etapa do processo seletivo ocorre entre 17 de fevereiro e 14 de março, com a avaliação e análise documental dos(as) habilitados(as). Ainda segundo o edital, o resultado parcial da seleção e a lista de aprovados(as) para a fase de análise dos vídeos de apresentação pessoal estão previstos para serem divulgados em 17 de março. Este é o quarto processo seletivo vinculado ao Termo de Execução Descentralizada (TED), como parte do projeto "Trabalho Digno, Justo, Saudável, Seguro e Solidário".



Foto reprodução

PROGRAMA PAUL SINGER: COORDENADORES ESTADUAIS PARTICIPAM DE SEMINÁRIO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA APROFUNDAMENTO TEMÁTICO

Com o objetivo de refletir sobre as perspectivas centrais da Economia Popular e Solidária (EPS) e trazer elementos para o trabalho nos territórios, a Equipe Nacional do Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes) e Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) promoveu o Seminário de Economia Popular e Solidária voltado a coordenadores/as estaduais do Programa, no dia 20 de fevereiro. O evento virtual reuniu cerca de 70 participantes. O seminário integra uma programação continuada de formação do Programa Paul Singer.

O seminário teve formato de entrevista, tendo no centro do debate o educador Claudio Nascimento, que estuda as experiências de autogestão no Brasil e no mundo, e é autor de livros e ensaios sobre o tema. Nascimento trabalhou como Educador no Projeto de Economia Popular e Solidária do Governo do Rio Grande do Sul durante a gestão do governador Olívio Dutra, além de ter sido coordenador-geral de Educação na equipe de Paul Singer, entre 2003 e 2007, na Senaes. Hoje, integra a Equipe Nacional do Programa Paul Singer.

Durante o evento, Nascimento revisitou as experiências históricas de práticas autogestionárias no Brasil, na América Latina e no mundo. Entre elas, em Quilombo dos Palmares, Canudos, Formosa, Trombas e, mais recentemente, na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Ressaltou o período de desmonte da Economia Popular e Solidária durante os governos dos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro. Ele salientou a importância dos acúmulos de conhecimentos e experiências nos 16 anos dos governos de Lula e de Dilma Rousseff, o que, segundo o educador, “permitem agora a retomada do setor”.

Nascimento afirmou que, para a Economia Popular e Solidária, os últimos 20 anos representam “minutos” em relação ao tempo histórico, uma vez que a autogestão é milenar. O educador explicou que a Economia Solidária se baseia na autogestão. Trata-se, segundo ele, de “uma prática desenvolvida pela sociedade, de uma economia que não é econômica, porque o processo é coletivo e a propriedade é coletiva/social”.

Nascimento argumentou que, neste modelo, o projeto é solidário, autossustentável, e a democracia tem um papel fundamental de protagonismo. Tudo isso vem da ancestralidade, disse: “As experiências autogestionárias são ancestrais, com propriedade comum e experiências de trabalhos associados.” a vivência e transformá-la em experiência.”

O educador defendeu ainda que, neste contexto, o território é estratégico. “É preciso pensar nos espaços olhando o coletivo de sujeitos que constroem esse território, pois essa concepção aponta para um projeto de sociedade construída através de um processo educativo”, afirmou.

Ele citou Paul Singer, quando diz que, “se não houver processo educativo, isso tudo não acontece.” Lembrou, também, Paulo Freire, que declarou: “Cada militante tem que ser um educador popular. É preciso ir além da vivência e transformá-la em experiência.”

Concepções e modelos

Um momento de destaque do Seminário foi a explicação sobre como o conceito de Economia Popular e Solidária foi se configurando ao longo dos anos. “Antes, a Economia Solidária era uma estratégia de governo. Hoje, a territorialidade e a formulação de instrumentos educativos ampliaram esse conceito. Temos uma enorme massa de experiências e uma economia dos setores populares.” O educador trouxe exemplos atuais, como o da Cooperativa Justa Trama e do Banco de Palmas: “É necessário que estas iniciativas provoquem uma irradiação: começam com formação, aí surgem a moeda, um banco, e a energia da Economia Popular e Solidária se espalha para todo o território.”

Lei Paul Singer

Outra questão abordada no Seminário foi a importância de estabelecer marcos legais, como a Lei Paul Singer, sancionada em 2024, e a importância de enraizar as legislações em âmbito local. “Os marcos legais são imprescindíveis, porque permitem que o tema deixe de ser uma política de governo para se tornar uma política de estado”, defendeu.

Nascimento deixou um importante recado no seminário. “Só há um tipo de desenvolvimento: o desenvolvimento humano. O que diferencia a Economia Solidária é a função política, que precisa estar inserida em uma estratégia educativa e cultural; não é só econômica, ela tem outras dimensões”, concluiu.

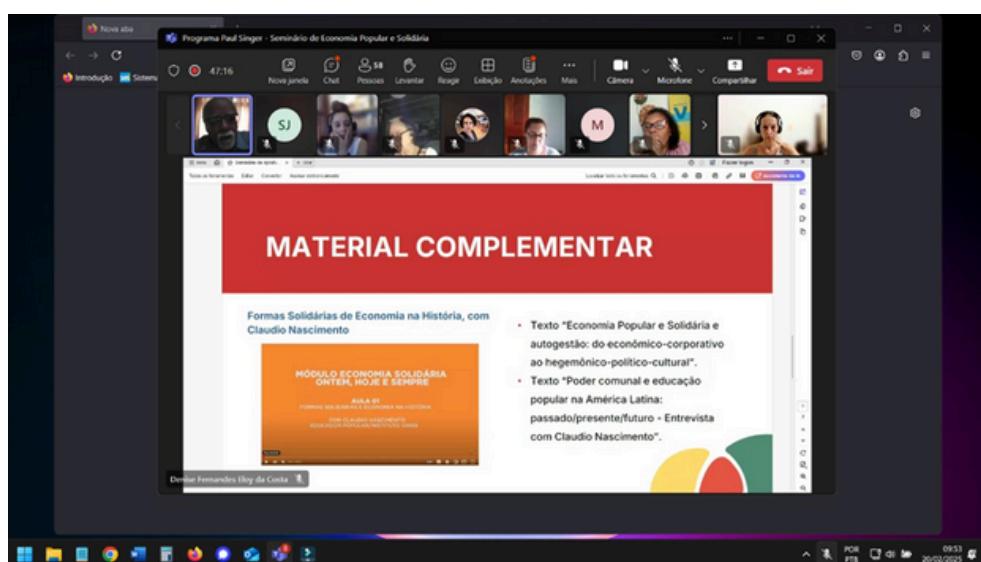


Foto reprodução

SENAES REALIZA PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2025



Nos dias 20 e 21 de fevereiro, a direção da Senaes realizou, na sede da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Oficina de Planejamento para traçar as estratégias que irão nortear a agenda e ações de Economia Popular e Solidária do MTE. Dentre as atividades de reflexão para as ações do ano de 2025, gabinete e as diretorias de Projetos e Parcerias e Fomento compartilharam tarefas e expectativas sobre os principais programas da secretaria como a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (CONAES), Programa de Formação Paul Singer, Proninc e parcerias e fomento de empreendimentos de Economia Popular e Solidária. Esta é a 4ª oficina de planejamento da Senaes, desde sua reconstrução, em março de 2023.

Os trabalhos foram conduzidos pela facilitadora Solange Ferrarezi, consultora em Projetos e Programas, com experiência em gestão pública. Possui especializações em Psicopedagogia da Primeira Infância, Planejamento Estratégico Situacional e Ontologia da Linguagem, com destaque para o desenho de conversas assertivas.



Fotos Luciana Elisabeth/Senaes

COMITÊ GESTOR DO PRONINC DISCUTE DIRETRIZES PARA A NOVA CHAMADA DO PROGRAMA

No dia 13 de fevereiro, a Senaes realizou reunião do Comitê Gestor do PRONINC, com o objetivo de discutir as diretrizes para a nova chamada do programa. Na ocasião, o secretário Gilberto Carvalho apresentou ao comitê o novo Diretor de Projetos da Senaes, Sérgio Godoy.

A proposta apresentada foi elaborada por um grupo de trabalho composto por representantes das quatro redes de incubadoras e pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades. Ela propõe mudanças significativas no desenho do programa, que foi ajustado em função da nova composição do seu orçamento. Na ausência de recursos financeiros da Senaes, o financiamento será composto por recursos de diversos parceiros. Foram abertas negociações com os ministérios da Educação (SESU, SETEC, SECADI), Ciência e Tecnologia, (SEDES, FINEP e CNPq), Desenvolvimento Social (Política Nacional de Cuidados, Cozinhas Solidárias, Inclusão Socioeconômica), Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Agricultura Familiar), Justiça (Política Penal), Saúde (Saúde Mental), Fundação Banco do Brasil, MinC, Desenvolvimento Regional (Rotas da Integração Nacional), Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Novas Economias), Cidades (Periferias), Pesca e Aquicultura e SEBRAE. Ficou definido que cada parceiro definirá suas demandas específicas de incubação, alinhadas à política de Economia Popular e Solidária.

O Comitê Gestor será responsável pela coordenação política, enquanto uma Coordenação Nacional definirá diretrizes conceituais e metodológicas para o programa, além de ser responsável pela integração das informações das coordenações temáticas, sistematização dos dados regionais e nacionais, organização de seminários de avaliação e gestão da comunicação. As Coordenações Temáticas definirão diretrizes conceituais e metodológicas para cada linha de ação, elaborando termos de referência, coordenando a execução dos planos de trabalho, além de monitorar e avaliar resultados, que serão encaminhados à Coordenação Nacional.

Também foi proposto que representantes dos empreendimentos econômicos solidários sejam incluídos no Comitê Gestor, na formulação dos termos de referência e na avaliação dos resultados. Os estudantes das Universidades e Institutos Federais também deverão participar da avaliação, que passará a ser processual, conduzida pelas coordenações nacional e temáticas, incluindo a realização de seminários presenciais.

A Tecnologia Social será um tema transversal do programa, com resultados sistematizados em publicações. Por fim, será realizado um mapeamento dinâmico das incubadoras, através de uma ferramenta que será conectada ao Observatório Nacional de Economia Popular e Solidária.

FÓRUM RECIFENSE DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA REALIZA 1º ENCONTRO

O movimento das trabalhadoras e trabalhadores da Economia Popular e Solidária da Região Metropolitana do Recife (RMR) estão se preparando para ampliar a sua organização coletiva no território. A primeira reunião ordinária do Fórum da RMR aconteceu dia 17 de fevereiro, no Auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-PE /MTE), na capital pernambucana. Mais de 50 pessoas participaram do evento, representando sete dos 14 municípios da região: Abreu e Lima, Camaragibe, Ilha de Itamaracá, Jaboatão, Olinda, Paulista e Recife.

As/os participantes foram recebidas/os por Jussara Rodrigues, responsável pelo Núcleo da Economia Popular e Solidária, e Andresa Santos, representando a Superintendente da região.

Na pauta da plenária foi calorosa a elaboração de um calendário de atividades para o semestre, o debate sobre a mobilização necessária para conquistar a implantação do Conselho Estadual e os informes sobre o Programa de Formação Paul Singer Agentes de Economia Popular e Solidária da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária – SENAES e FUNDACENTRO, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Bem como os informes trazidos pelos representantes do Ministério da Cultura.

O encontro reforçou a importância da organização coletiva das trabalhadoras e trabalhadores de todos os segmentos da Economia Solidária para fortalecer as pautas do Movimento, de maneira e incidir politicamente e promover transformações econômicas e sociais fundamentadas nos princípios da Economia Popular e Solidária a partir de políticas públicas efetivas.

Na ocasião também foram inseridas as demandas do GT de Mulheres do FES RMR, sobre o envolvimento na organização e participação do 8M e da Conferência Temática Livre de Mulheres na Economia Solidária (18 e 19 de março).

As plenárias do Fórum de Economia Popular Solidária da Região Metropolitana do Recife ocorrem toda segunda segunda-feira de cada mês. A próxima será no dia 10 de março.

Com informações de Marcus Silvestre do FES RMR



Foto Marcus Silvestre do FES RMR

PROGRAMA DESENROLA RURAL ENTRA EM VIGOR

A partir do dia 24 de fevereiro, produtores da agricultura familiar com dívidas em instituições bancárias ou com a União podem renegociar seus débitos e voltar a acessar o crédito rural via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), os descontos, por meio do Desenrola Rural, são de até 96% no valor das dívidas.

Em nota, o MDA informou que, com o início do prazo, os produtores já podem procurar uma agência bancária para consultar sua situação junto a instituições com as quais têm dívidas. Aqueles com débitos inscritos na Dívida Ativa da União têm até o dia 30 de maio para se inscrever no Desenrola Rural. Já para os que têm dívidas junto ao Pronaf, o prazo vai até 31 de dezembro.

O objetivo, segundo o ministério, é auxiliar um total de mais de 1,35 milhão de agricultores com dívidas em atraso há mais de um ano – mais de 250 mil apenas ao longo de 2025. A proposta é envolver, sobretudo, inscritos na Dívida Ativa da União – por esse motivo, a pasta destaca que não haverá prejuízo para o Tesouro.

Entenda

O Desenrola Rural foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva este mês e tem como meta incluir mais agricultores no crédito rural.

Parte dos produtores com dívidas, segundo a pasta, não deve mais ao banco, mas permanece em cadastros negativos, os chamados scores negativos. São pessoas que repactuaram suas dívidas, mas os bancos as mantiveram numa espécie de lista negativa.

Dados do ministério indicam que, dos cerca de 1,35 milhão de produtores da agricultura familiar que possuem dívidas em atraso há mais de um ano, 70% estão com restrições nos bancos e 30%, com restrições nos serviços de proteção ao crédito – muitos por atrasos nas contas de água, luz e telefone. O número equivale a 25% dos 5,43 milhões de produtores, assentados e membros de comunidades tradicionais elegíveis para o Pronaf.

O levantamento feito pela pasta mostra ainda que 69% das dívidas financeiras tinham valores de até R\$10 mil; cerca de 22%, de R\$10 mil a R\$50 mil; e 9% eram dívidas acima de R\$50 mil. Entre as dívidas não financeiras, ou seja, as que não correspondem a empréstimos, 47% dos agricultores familiares têm dívidas inferiores a R\$ 1 mil, débitos menores que um salário-mínimo.

“Não haverá impedimentos para a obtenção de novos créditos para o agricultor familiar que tiver pendências relacionadas a pequenas dívidas, como, por exemplo, débitos em contas de água, luz ou telefone”, reforçou o ministério.

Como vai funcionar

- Quem estiver inscrito na Dívida Ativa da União pode acessar, a partir de hoje, o site do Regularize com seu CPF e selecionar “Consultar Dívida” para selecionar suas opções de pagamento.
- Se a dívida for do Pronaf, ou outras adquiridas junto aos bancos, o interessado deve procurar sua instituição financeira para regularizar sua situação.
- Se a dívida for de Crédito de Instalação, o interessado pode ir direto ao Incra para quitar os débitos com desconto ou acessar a Sala da Cidadania.
- Interessados em aderir ao programa também podem procurar sindicatos, associações e entidades representativas para obter auxílio.



Foto Tânia Rego/EBC

Com informações da Agência Brasil em

[https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia
/noticia/2025-02/programa-desenrola-
rural-entra-em-vigor-nesta-segunda-feira](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-02/programa-desenrola-rural-entra-em-vigor-nesta-segunda-feira)

Expediente: Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicação.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833